



uma  
**CONCERTAÇÃO**  
pela Amazônia



# Sistemas Agroalimentares e Amazônias

Soluções para impulsionar uma  
transição justa e regenerativa

---

Agosto 2025



**Sistemas Agroalimentares e Amazôncias:**  
soluções para impulsionar uma transição justa e regenerativa

---

**Coordenação geral**

Georgia Jordão

Lívia Pagotto

**Coordenação de conteúdo**

Georgia Jordão - Uma Concertação pela Amazônia

Kamyla Borges - Instituto Clima e Sociedade

**Redação**

Cesar Favarão - Cebrap Sustentabilidade

Georgia Jordão - Uma Concertação pela Amazônia

**Produção Executiva**

Joana Braga

**Edição**

Amália Safatle

**Autores**

Cesar Favarão (Cebrap Sustentabilidade), Georgia Jordão (Uma Concertação pela Amazônia), Renato Maluf (Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |OPDA/UFRRJ), Lívia Pagotto (Uma Concertação pela Amazônia), Kamyla Borges (Instituto Clima e Sociedade), Thaís Ferraz (Instituto Clima e Sociedade), Carlos Santana Tenório (Du Kiko e Projeto Raízes que Alimentam), Tainá Marajoara (Iacitata Amazônia Viva), Fernanda de Araújo Moraes (Comunidade de Lago Cerrado), Mauro Lúcio de Castro (Fazenda Marupiara), Kátia Gomes de Sousa Di Teodoro (Coletivo Nacional Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis do Movimento dos trabalhadores sem terra | MST), Justino Alves Barbosa (Agrotropical Amazônia), Pedro Aquino de Santana (Instituto Federal do Amapá |IFAP), Célio José Pereira da Costa (SEMAS - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará), Tarcísio Silva Ferreira (Redes estadual e municipal de ensino no Amazonas), Priscila Rodrigues de Almeida (Amazônia Smart Food), Jader Gama (Laboratório de Cultura Digital UFPR e MinC), Nara Pessoa (Universidade Federal do Pará|UFPA), Clayton Peron Franco de Godoy (Uma Concertação pela Amazônia), Fernanda Rennó (Uma Concertação pela Amazônia), Eduardo Neves (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo | MAE-USP), Laura Furquim (Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena | NEAI-UFAM), Jennifer Watling (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo | MAE-USP), Myrtle Shock (Universidade Federal do Oeste do Pará), Rosana Maneschy (Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará | UFPA), Daniel Araújo Soares (Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará | UFPA), Gisalda Filgueiras (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará | ICSA/UFPA), Priscilla Tamasauskas (Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará | PPGEO/ UFPA), Arilson Favareto (Cátedra Josué de Castro), Mayline Meneses (Universidade Federal do Amazonas| UFAM), Maria Angélica Medeiros (Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista| UNIFESP-BS), Andrea Ferreira (Associação de Pesquisa Iyaleta), Paulo Barreto (IMAZON), Arthur Rocha (Imazon), Lorenzo Longhi (Instituto de Defesa de Consumidores | Idec), Fernanda Marrocos-Leite (Cátedra Josué de Castro), Estela Sanseverino (Cátedra Josué de Castro), Nadine Marques Nunes-Galbes (Cátedra Josué de Castro), Laís Amaral Mais (Instituto de Defesa de Consumidores | Idec), Marcelo Salazar (Instituto Fome Zero), Beatriz Duarte (Instituto Fronteiras do Desenvolvimento), Ana Barezi (Instituto Fronteiras do Desenvolvimento), Fernando Sampaio (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes| Abiec), Lorena França (Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena | NEAI-UFAM e Rede Maniva de Agroecologia), Mel Mura (Comunidade Mura Manawara), Débora Shornik (Restaurantes Caxiri e Flor do Luar e Cozinha Solidária Boca da Mata), Joanna Martins (Instituto Paulo Martins e Manioca).

---

**Sistemas Agroalimentares e Amazôncias:**  
soluções para impulsionar uma transição justa e regenerativa

---

**Obra artística**

Andréia da Silva

**Narrativa artística**

Fernanda Rennó

**Design**

Bruna Foltran

**Leitura Crítica**

Nadine marques (Cátedra Josué de Castro)

Beatriz Duarte (Instituto Fronteiras do Desenvolvimento)

Lorena França (Rede Maniva de Agroecologia)

**Comunicação**

Letícia Diniz

**Gestão**

Paula Sleiman

**Parceria e apoio institucional**

Instituto Clima e Sociedade (ICS)

**Citação**

FAVARÃO, C.; JORDÃO, G.; MALUF, R.; PAGOTTO, L.; BORGES, K.; FERRAZ, T.; TENÓRIO, C. S.; MARAJOARA, T.; MORAES, F. A.; CASTRO, M. L.; DI TEODORO, K. G. S.; BARBOSA, J. A.; SANTANA, P. A.; COSTA, C. J. P.; FERREIRA, T. S.; ALMEIDA, P. R.; GAMA, J.; PESSOA, N.; GODOY, C. P. F.; RENNÓ, F.; NEVES, E.; FURQUIM, L.; WATLING, J.; SHOCK, M.; MANESCHY, R.; SOARES, D. A.; FILGUEIRAS, G.; TAMASAUSKAS, P.; FAVARETO, A.; MENESSES, M.; MEDEIROS, M. A.; FERREIRA, A.; BARRETO, P.; ROCHA, A.; LONGHI, L.; MARROCOS-LEITE, F.; SANSEVERINO, E.; NUNES-GALBES, N. M.; MAIS, L. A.; SALAZAR, M.; DUARTE, B.; BAREZI, A.; SAMPAIO, F.; FRANÇA, L.; MURA, M.; SHORNIK, D.; MARTINS, J. Sistemas agroalimentares e Amazôncias: soluções para impulsionar uma transição justa e regenerativa. São Paulo: Uma Concertação pela Amazônia, 2025. 44 p.

---

**Sistemas Agroalimentares e Amazôncias:**  
soluções para impulsionar uma transição justa e regenerativa



### **Sobre a Uma Concertação pela Amazônia**

Rede de mais de 900 pessoas e instituições dedicada a qualificar o debate em torno de soluções para conservação e desenvolvimento sustentável das Amazôncias, com impacto na agenda socioeconômica do país e no bem-estar planetário. Mais do que um espaço de diálogo e de sistematização de conhecimento que valoriza a diversidade e o conhecimento tradicional e científico, a rede elabora estudos, desenvolve iniciativas estruturantes, articula e encaminha demandas do território para construção coletiva de políticas públicas em parceria com governos.



### **Sobre o Instituto Clima e Sociedade**

O iCS é uma organização filantrópica que apoia o enfrentamento das mudanças climáticas, com foco no Brasil, por meio do emprego de um rol amplo de abordagens e ferramentas que vão desde o apoio institucional e financeiro a organizações sem fins lucrativos, passando por apoio ao desenvolvimento de pesquisas técnicas e científicas, formação de redes e desenvolvimento de capacidades em diferentes segmentos econômicos da sociedade brasileira.

Com uma rede relevante e diversa de parceiros e stakeholders, o iCS fomenta a construção de pontes entre diferentes setores e a promoção de diálogos e trocas entre ecossistemas, buscando ampliar a conexão e reduzir as abordagens em silos. O iCS entende que essa abordagem sistêmica é essencial para que a descarbonização da economia brasileira se traduza em oportunidades de desenvolvimento socioeconômico do país.

## Mani

---

Imagens construídas em camadas de tecido e memória evocam o nascimento da mandioca como símbolo de alimento, ancestralidade e continuidade da vida. As luas com peixes bordados representam os ciclos das águas e das colheitas, conectando o tempo da natureza ao tempo do cuidado. Os fragmentos costurados à mão pela artista manauara Andreia Silva compõem a narrativa artística que atravessa o texto, orientando-o como metáfora sensível de um sistema agroalimentar regenerativo: enraizado nos saberes dos povos da floresta, nutrido pela diversidade, guiado pelas forças da terra, da lua e dos rios.

Tal como o bordado, este documento se constrói por sobreposições – de vozes, territórios e práticas – compondo, ponto a ponto, propostas de transição socioecológica para as Amazônias.

# Sumário Executivo

---

Este documento mostra como a produção convencional de alimentos no Brasil, notadamente na região amazônica, pode reduzir seus impactos negativos e se transformar em parte importante das soluções para o clima e para a natureza, na medida em que promove uma transição justa e regenerativa nos modos de produção.

Hoje, o setor agropecuário é o principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa no Brasil, que por sua vez é o quinto maior emissor do planeta. E a Amazônia Legal é o território que mais contribui para o problema, em função do desmatamento e da conversão de florestas em pastagens e monocultivos. Em 2023, a Amazônia respondeu por 48% das emissões do Brasil, mesmo tendo uma participação pequena no PIB nacional (Santos et al., 2025).

Esse dado revela um modelo econômico ineficiente tanto do ponto de vista ambiental quanto social: a região registra altos índices de insegurança alimentar e nutricional e uma das piores colocações no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País. A Amazônia é também uma das mais afetadas pela crise climática. Os anos de 2023, 2024 e 2025 registraram secas e cheias extremas, especialmente no Acre e Amazonas.

Ao mesmo tempo, a Amazônia abriga a maior biodiversidade do mundo e uma rica diversidade sociocultural. O contraste entre tanta riqueza de recursos biológicos e o baixo valor agregado à produção local revela um paradoxo estrutural que precisa ser superado. Produzir alimentos de forma sustentável na Amazônia não só é possível, como essencial para garantir comida de qualidade para quem vive na região, no Brasil e no mundo, além de ter um papel estratégico no enfrentamento da emergência climática, com efeito positivo nas diferentes escalas geográficas.

Práticas agroecológicas, sistemas agroflorestais, manejo tradicional, saberes indígenas, qui-lombolas e ribeirinhos, tecnologias sociais e alternativas de mercado mais inclusivas e com alta tecnologia integrada já apontam possibilidades reais para uma nova economia baseada no cuidado e na regeneração – nas florestas, em áreas convertidas e nas cidades.

Sistemas agroalimentares regenerativos são formas de produzir, distribuir e consumir alimentos que restauram e fortalecem as comunidades, os ecossistemas, o solo, a biodiversidade, a saúde humana e o bem-estar humano. No bioma amazônico, isso significa alinhar a produção de alimentos aos ciclos ecológicos da floresta, respeitando a diversidade biológica e cultural. Práticas como a agrofloresta, a sociobioeconomia, o manejo sustentável de recursos florestais, o uso de bioinsumos e a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta são exemplos que integram co-

nhecimento tradicional e inovação para regenerar o solo, capturar carbono e promover a segurança alimentar e nutricional local.

É urgente repensar o modelo de produção dominante nos territórios amazônicos e promover uma transição agroalimentar orientada pela justiça, pela restauração dos ecossistemas e pelo direito à alimentação adequada. O momento é propício: há uma atenção crescente ao tema da mudança climática, a Amazônia ocupa mais espaço no debate nacional e internacional e os atores locais estão cada vez mais engajados em torno da agenda política da alimentação como uma resposta que integra simultaneamente medidas de mitigação e adaptação à mudança climática.

Mas, para que a transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares amazônicos ocorra, é necessário romper com a fragmentação do debate, articular as diversas dimensões dos sistemas agroalimentares e reposicionar as políticas públicas e os incentivos governamentais, priorizando o protagonismo das populações amazônicas na construção de soluções duráveis e resilientes a contextos climáticos e políticos.

A complexidade dos desafios amazônicos exige uma abordagem integradora e multiescalar que conecte iniciativas locais com políticas regionais, nacionais e globais, assegurando coerência entre os diferentes níveis de governança e promovendo sinergias entre práticas comunitárias e reformas institucionais.

---

### Dante disso, este caderno recomenda as principais diretrizes para efetivar a transição:

- ✓ Promover um movimento duplo, com phase-out de práticas e estruturas que perpetuam sistemas agroalimentares insustentáveis, e o impulsionamento de atividades que valorizam a sociobiodiversidade e a expansão de áreas florestadas.
  - ✓ Enfrentar os desafios históricos da exclusão fundiária e da invisibilização dos modos de vida tradicionais.
  - ✓ Enfrentar a fragmentação e as ambiguidades político-institucionais.
  - ✓ Reestruturar de forma ampla os incentivos políticos e financeiros, em torno de três eixos estratégicos: conectar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis, fortalecer práticas e modelos de produção sustentáveis e inclusivos, e aprimorar a governança e os mecanismos de financiamento.
-

A partir da identificação de nexos estratégicos – os quais revelam interdependências entre alimentação e dimensões críticas como floresta, território, saúde, ancestralidade e inovação –, este documento também propõe uma série de ações concretas e de metas a serem adotadas pelo setor público, setor privado e pela sociedade civil. Trata-se de uma agenda de ação capaz de gerar efeitos estruturantes se for articulada e orientada por um quadro institucional, político e financeiro menos fragmentado.

Para o **Estado**, as metas incluem: (1) redirecionar os subsídios e o crédito rural para modelos agroalimentares sustentáveis e baseados na sociobiodiversidade; (2) ampliar e melhorar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com mecanismos que favoreçam circuitos curtos e produção local de alimentos saudáveis; (3) ampliar a cobertura e qualificação da assistência técnica e extensão rural com foco em agroecologia, bioeconomia e manejo sustentável; (4) garantir a demarcação e titulação de territórios de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos; e (5) estabelecer uma instância de coordenação intersetorial e federativa para integrar políticas de alimentação, meio ambiente, agricultura e direitos territoriais.

Para o setor **empresarial**, as metas envolvem: (1) investir em cadeias de valor sustentáveis e rastreáveis que valorizem produtos da sociobiodiversidade; (2) adotar padrões socioambientais mais rigorosos nas operações e compras, com transparência e inclusão de pequenos produtores; (3) desenvolver e apoiar plataformas de certificação participativa e inovação tecnológica voltadas à rastreabilidade, redução de desperdícios e agregação de valor; e (4) cofinanciar ações de restauração florestal produtiva e infraestrutura verde junto ao setor público e a investidores de impacto.

Para a **sociedade civil** organizada, as metas consistem em: (1) fortalecer redes territoriais de produção e comercialização de alimentos sustentáveis, conectando experiências locais e promovendo intercâmbio de saberes; (2) ampliar o controle social sobre políticas públicas e fundos socioambientais, com foco na transparência, justiça procedural e acesso equitativo aos recursos; (3) fomentar estratégias de educação alimentar e nutricional, comunicação e gastrodiplomacia para valorizar a cultura alimentar amazônica; e (4) mobilizar esforços para a proteção dos direitos territoriais e a defesa da floresta em pé como bem comum.

# Índice

<b>Apresentação</b>	<b>10</b>
<b>Contexto</b>	<b>13</b>
<b>Vetores de retração versus vetores de tração</b>	<b>16</b>
Vetores de retração	17
Vetores de tração	18
<b>Por uma transição justa e regenerativa</b>	<b>20</b>
<b>Recomendações baseadas nos territórios</b>	<b>27</b>
<b>Agenda de ação</b>	<b>31</b>
<b>Exemplos práticos</b>	<b>37</b>
Um conjunto de soluções do território para o território	
<b>Considerações finais</b>	<b>40</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>42</b>

# Apresentação

# Apresentação



Os sistemas agroalimentares são um dos principais agentes da mudança climática, respondendo por cerca de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (FAO, 2021). No Brasil, o setor agropecuário é o maior emissor de gases de efeito estufa (GEE). E a Amazônia Legal é hoje o território que mais agrava esse problema, em função do desmatamento e da conversão de florestas em pastagens e monocultivos.

Para se ter uma ideia, a Amazônia respondeu em 2023 por 48% das emissões de GEE do Brasil, mesmo com uma participação pequena no PIB nacional. Isso demonstra a ineficiência econômica e energética do modelo econômico vigente na região (Nobre et al., 2023; Santos et al., 2025), o que também resulta em altos índices de insegurança alimentar e nutricional (Miguel et al., 2024) e em um dos piores índices de desenvolvimento humano do País (Santos et al., 2023).

Ao mesmo tempo, a Amazônia abriga a maior biodiversidade do planeta e uma rica diversidade sociocultural. Essa combinação tem potencial para transformar o Brasil em referência em inovação social e ecológica na área de alimentação.

O contraste entre tanta riqueza de recursos biológicos e o pouco valor agregado a ela revela um paradoxo estrutural que precisa ser superado. Produzir alimentos de forma sustentável na Amazônia é essencial para garantir comida de qualidade para quem vive na região, no Brasil e no mundo, além de ter um papel estratégico no enfrentamento da emergência climática, com efeito nas diferentes escalas geográficas.

A Amazônia é um laboratório vivo para imaginar e construir caminhos de transformação. Práticas agroecológicas, sistemas agroflorestais, manejo tradicional, saberes indígenas, quilombolas e ribeirinhos, tecnologias sociais e alternativas de mercado mais inclusivas já apontam possibilidades reais para uma nova economia baseada no cuidado e na regeneração – nas florestas, em áreas convertidas e nas cidades.

Diante desse cenário, fica clara a urgência de se repensar o modelo de produção dominante nos territórios e promover uma transição agroalimentar orientada pela justiça, pela restauração dos ecossistemas e pelo direito à alimentação adequada.

O momento é propício: há uma atenção crescente ao tema da mudança climática, a Amazônia ocupa mais espaço no debate nacional e internacional e os atores locais estão cada vez mais engajados em torno da agenda política da alimentação. Isso cria uma oportunidade histórica para a catalisação de transformações estruturantes.

Essa agenda, contudo, tem como um de seus principais obstáculos o atual arcabouço fragmentado da política pública, que carece de coordenação e continuidade. A oscilação das políticas de segurança alimentar, com retrocessos e desmonte de estruturas importantes, compromete a capacidade de resposta do Estado frente à fome e à insegurança alimentar. A estrutura institucional também é marcada por forte influência de grupos de interesse vinculados ao agronegócio e a indústria de ultraprocessados, que têm bloqueado ou enfraquecido políticas de combate ao desmatamento e de valorização da cultura alimentar local e da sociobiodiversidade.

Mas, para que a transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares amazônicos ocorra, é necessário romper com a fragmentação do debate, articular as diversas dimensões dos sistemas agroalimentares e reposicionar as políticas públicas e os incentivos governamentais, priorizando o protagonismo das populações amazônicas na construção de soluções duráveis e resilientes a contextos climáticos e políticos.



## **Mutirão multidisciplinar**

Este documento resulta de um esforço de síntese dos principais eixos temáticos e propostas desenvolvidas no livro *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima (no prelo)*, que reúne 12 capítulos escritos por autoras e autores com diferentes trajetórias de vida, formações e experiências com o território, qualificando, sob uma perspectiva sistêmica, o debate sobre como se produz, distribui e consome comida na região amazônica. A partir de um olhar diverso e conectado à realidade regional, o livro identifica os paradoxos, desafios e soluções sociais e técnicas disponíveis ou já desenvolvidas nos territórios para promover essa transição dos sistemas agroalimentares das Amazôncias.

Este material busca justamente sistematizar e comunicar as recomendações derivadas desse mutirão intelectual e criativo, valorizando iniciativas já em andamento e apontando caminhos para tornar os sistemas agroalimentares das Amazôncias mais saudáveis, justos e regenerativos.



# Contexto

# Contexto



A maior parte das emissões de gases de efeito estufa causadas pelos sistemas agroalimentares no Brasil ocorre no bioma amazônico. Essa concentração se deve, principalmente, à expansão da fronteira agropecuária, sendo a pecuária bovina responsável por mais de 90% da conversão de florestas em pastagens. Isso coloca a região na liderança das emissões de GEE no Brasil, impulsionadas pelas queimadas associadas ao desmatamento – geralmente realizadas para a expansão da pecuária – e pelo consequente aumento das emissões decorrentes da fermentação entérica de rebanhos de ruminantes (Alencar *et al.*, 2023).

Os efeitos da crise climática já são sentidos pelas populações e afetam as bases socioecológicas dos sistemas agroalimentares locais. O desmatamento, decorrente do crescente processo de conversão de florestas em pastagens e monoculturas, tem contribuído para mudanças no regime de chuvas e eventos extremos como secas severas, queimadas e enchentes. Em 2023, uma das piores secas da História reduziu drasticamente o nível dos rios amazônicos, provocando o colapso de sistemas de transporte fluvial, perda de safras, desabastecimento alimentar e dificuldade de acesso à água potável. Estima-se que 3,3 milhões de hectares de superfície de água desapareceram em relação ao ano anterior, com efeitos negativos sobre a biodiversidade aquática e as cadeias produtivas locais (Barreto; Rocha, *no prelo*).

A região, detentora da maior bacia hidrográfica de água doce do planeta, também é a que apresenta os maiores índices de insegurança alimentar e hídrica do Brasil. De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (Vigisan), em 2022, quase metade da população da região Norte vivia sem acesso suficiente a alimentos e água potável. Em cerca de 65% dos domicílios que não dispunham de água em quantidade adequada, seus moradores também experimentavam restrição de acesso a alimentos.

Nos municípios amazônicos, onde o transporte fluvial é essencial, a infraestrutura precária resulta em elevação nos preços e redução da disponibilidade de alimentos in natura, abrindo espaço à expansão de alimentos ultraprocessados. A alimentação tradicional – baseada em produtos como farinha de mandioca e pescado – tem sido gradualmente substituída por dietas menos diversificadas e saudáveis. Ao mesmo tempo, cresce a participação de produtos de origem animal, especialmente a carne bovina que, além de elevar a pegada de carbono da dieta local, contribui diretamente para a ampliação de áreas desmatadas e de pastagens de baixa produtividade (Longhi *et al.*, *no prelo*).

Por outro lado, coexistem nesse território experiências agroalimentares sustentáveis protagonizadas por populações tradicionais e iniciativas ancoradas na sociobiodiversidade, na bioeconomia e na agroecologia (Brondizio *et al.*, 2021). Essas alternativas ainda permanecem à margem

de um modelo hegemônico de exportação de *commodities* e dependente da expansão sobre áreas social e ambientalmente sensíveis (Chamma; Sparovek, 2022).

Embora exista um relativo consenso sobre a necessidade de enfrentar os problemas causados pelos sistemas agroalimentares, já não se pode dizer a mesma coisa quanto aos caminhos propostos para o enfrentamento desses problemas, uma vez que o discurso e as práticas dos atores frequentemente são conflitivos e direcionados a resolução de aspectos específicos (Favarão; Favareto, 2021).

O atual panorama institucional é marcado por forte ambiguidade (Favareto, 2017). De um lado, o Estado brasileiro sustenta com robustez um modelo convencional que prioriza grandes obras de infraestrutura, a expansão da pecuária e da sojicultura e a ocupação especulativa da terra. Subsídios, crédito rural e incentivos fiscais seguem majoritariamente direcionados à reprodução desse modelo, com impactos diretos na ampliação do desmatamento, na grilagem e na exclusão social. De outro lado, existem políticas e programas voltados à sociobiodiversidade, à agroecologia e à agricultura familiar, mas que operam de forma fragmentada, com baixo financiamento, pouca escala e quase nenhuma articulação com os grandes instrumentos de planejamento e ordenamento territorial (Uma Concertação pela Amazônia, 2023).

Um dos principais obstáculos é o atual arcabouço fragmentado da política pública, que carece de coordenação e continuidade. A oscilação das políticas de segurança alimentar, com retrocessos e desmonte de estruturas importantes, compromete a capacidade de resposta do Estado frente à fome e à insegurança alimentar. A estrutura institucional também é marcada por forte influência de grupos de interesse vinculados ao agronegócio e a indústria de ultra-processados, que têm bloqueado ou enfraquecido políticas de combate ao desmatamento e de valorização da cultura alimentar local e da sociobiodiversidade (Pompeia, 2020; 2022).

Neste cenário paradoxal que envolve os sistemas alimentares amazônicos, os **vetores de retração**, que reforçam modelos predatórios de exploração dos recursos, convivem com os **vetores de tração**, que impulsoram práticas sustentáveis e inovadoras. Identificar e compreender as relações entre eles pode auxiliar na formulação de estratégias políticas, empresariais e da sociedade civil que sejam capazes de enfrentar as contradições estruturais da região. Isso passa por entender como se dão as tensões, pressões e influências de um grupo de vetores sobre o outro.



Vetores de  
retração versus  
vetores de  
tração

# Vetores de retração versus vetores de tração



## Vetores de retração

Este documento denominou como vetores de retração os movimentos que se referem à rápida expansão no tempo e no espaço de monoculturas e do desmatamento, à instalação de infraestruturas inadequadas ao território e à disseminação de formas de consumo alimentar nutricionalmente pobres e cada vez mais desconectadas das tradições culinárias locais. São vetores que impulsionam e aprofundam as desigualdades, comprometendo a valorização da ciência conectada à sociobiodiversidade e afastando os sistemas agroalimentares amazônicos de uma trajetória de sustentabilidade e justiça.

Há pelo menos três vetores de retração significativos. O primeiro é a expansão acelerada das monoculturas e da pecuária extensiva, que resultou no desmatamento de mais de 83 milhões de hectares de florestas primárias e na perda de 23% da cobertura vegetal original em pouco mais de três décadas (Barreto, 2021; Nobre et al., 2023). A pecuária de baixa produtividade e grande emissora de GEE, representa o principal motor da homogeneização das paisagens, especialmente nos estados localizados no “arco do fogo”. A pressão sobre florestas primárias se intensifica com o avanço da fronteira agropecuária em novas fronteiras, como na Amacro, território configurado na junção dos estados Amazonas, Acre e Rondônia (MapBiomas, 2024).

O segundo vetor está na infraestrutura inadequada ao território, representada pela expansão de rodovias e por grandes obras do setor de energia (como hidrelétricas), que favorecem o avanço das monoculturas e o deslocamento de populações tradicionais. Essa lógica reforça a concentração fundiária, estimula a ocupação ilegal de terras públicas e desestrutura práticas produtivas sustentáveis. Tal infraestrutura é usada para consolidar cadeias voltadas à exportação, ao passo que os territórios locais permanecem sem acesso adequado à energia e a serviços básicos como água potável, saneamento (Salazar, no prelo).

O terceiro vetor de retração consiste na mudança de padrões alimentares, progressivamente marcados pelo consumo de produtos ultraprocessados. Estimulados pela urbanização, aumento da renda, jornadas de trabalho com alta carga horária e pela chegada das grandes redes varejistas em cidades médias da Amazônia, esses produtos prontos e semiprontos para consumo e de menor preço e valor nutricional têm substituído alimentos tradicionais, reduzindo a diversidade alimentar e rompendo com os saberes ancestrais que estruturam as culturas alimentares amazônicas. Além disso, o modelo produtivo baseado em monoculturas e na criação de animais de corte intensifica a monotonia ecológica e alimentar das populações da região (Longhi et al., no prelo).

Esses vetores se somam ainda a um cenário de mudança climática agravada pelo desmatamento, impactando diretamente a produção de alimentos e os modos de vida locais. A seca histórica de 2023 e as projeções de elevação da temperatura para as próximas décadas alertam para os riscos climáticos crescentes, que já afetam a produção de açaí, mandioca, castanha-do-pará e outros alimentos básicos, além de comprometerem a navegabilidade dos rios – essencial para o abastecimento e o escoamento de produtos e serviços (Mata; Medeiros, *no prelo*).

Os vetores de retração não apenas inviabilizam a regeneração ecológica, como aprofundam desigualdades históricas. Eles marginalizam agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, bloqueando o reconhecimento e o fortalecimento de sistemas agroalimentares baseados na sociobiodiversidade, nos saberes locais e na produção de alimentos nutritivos para a população amazônica.



## Vetores de tração

Já os vetores de tração são aqueles que promovem a riqueza e a diversidade sociocultural e ecológica, como os sistemas agroflorestais, o manejo sustentável de espécies nativas, os conhecimentos tradicionais e as inúmeras práticas e tecnologias que reduzem os impactos ambientais da produção agrícola convencional, que protegem e aumentam a resiliência da biodiversidade. São, portanto, vetores que aproximam os sistemas agroalimentares de uma rota de transição justa e regenerativa.

Um desses vetores de tração é a expansão e o fortalecimento dos sistemas agroflorestais, agroecológicos e regenerativos, que conciliam produção e conservação. Esses sistemas integram cultivo, extrativismo e criação animal de forma integrada, apoiados em conhecimentos tradicionais e baixa intensidade de insumos externos. Produtos como mandioca, castanha-do-Brasil, açaí e cacau, produzidos em sistemas regenerativos, exemplificam como a sociobiodiversidade pode ser a base de cadeias sustentáveis, culturalmente enraizadas e economicamente viáveis (Salazar, *no prelo*).

A pecuária, tradicionalmente associada à degradação, é um setor-chave na transição, devido ao seu elevado potencial de recuperação ambiental do bioma amazônico. Com cerca de 60% das pastagens degradadas, há oportunidade concreta para adoção de práticas como arborização de pastos e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), especialmente entre pequenos produtores, que têm representação significativa na produção de carne nas Amazôncias. Segundo o Censo Agropecuário de 2017 cerca de 31% do rebanho total da região estão em propriedades com menos de 200 animais (Sampaio, *no prelo*). O Brasil conta ainda com um arsenal técnico-científico promissor para impulsionar a transição nos sistemas convencionais, com destaque para o plantio direto, a fixação biológica de nitrogênio e o uso de bioinsumos, que reduzem os impactos socioambientais e aumentam a saúde do solo e das pessoas. Como as principais emissões brasileiras de GEE derivam da mudança do uso da terra – e não da queima de combustíveis fósseis, como nos países do Norte global – a transformação dos sistemas produtivos no

campo se torna uma via estratégica e de baixo custo para alcançar metas climáticas (Sampaio, *no prelo*).

Outro vetor importante é a ciência ancestral dos povos originários e tradicionais. Registros arqueológicos mostram que a biodiversidade amazônica é, em parte, fruto da ação milenar dessas populações, que moldaram paisagens, domesticaram espécies e desenvolveram sistemas agrícolas adaptados aos ciclos ecológicos da floresta (Neves et al., *no prelo*). O manejo de variedades nativas de mandioca e as múltiplas formas de uso do babaçu e do tucupi revelam a profundidade desses saberes, com destaque para o protagonismo das mulheres na conservação da agrobiodiversidade (França; Shornik; Faria, *no prelo*).

Por fim, a diversidade étnica e cultural da Amazônia constitui outro vetor de sustentabilidade. A visão de mundo que comprehende a terra como fonte de vida, e não como mero recurso econômico, orienta práticas de produção que respeitam os ciclos naturais e promovem a reprodução social e cultural dos povos da floresta. Valorizar esses modos de vida é fundamental para construir uma transição que seja, ao mesmo tempo, ecológica, socialmente justa e territorializada (França; Shornik; Faria, *no prelo*).

Esses quatro vetores de tração apontam para a possibilidade de construir um novo paradigma de desenvolvimento na Amazônia, baseado na regeneração ambiental, na justiça social e na valorização da diversidade. A consolidação deste caminho, no entanto, depende de uma **transição justa e regenerativa** para os sistemas agroalimentares da região.



Por uma  
transição justa e  
regenerativa

# Por uma transição justa e regenerativa



Tomando como referência a definição elaborada em Favareto et al., (2025), uma transição justa e sustentável pode ser entendida como o processo de mudanças sociotécnicas em direção a modalidades de interação entre sociedade e natureza que resultem em maior capacidade de conservação ou regeneração dos biomas e de continuarem prestando os serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana , ao mesmo tempo em que expande as liberdades das pessoas.

A ideia de “regeneração” mobilizada aqui serve para pensar especificamente o contexto dos sistemas agroalimentares amazônicos, uma vez que este bioma e o Cerrado concentram as maiores extensões de áreas degradadas do Brasil (MapBiomas, 2024). Como apontam especialistas, regenerar essas áreas é uma ação estratégica para alcançar os objetivos de mitigação, restauração, e conservação da biodiversidade (Giles et al., 2024; Guimarães et al., 2025). Sistemas agroalimentares regenerativos também fortalecem a adaptação climática e oferecem alternativas concretas à expansão predatória, articulando justiça social, segurança alimentar e integridade ecológica (*box a seguir*).

Para ser considerada justa, a transição dos sistemas agroalimentares amazônicos precisa levar em conta **aspectos procedimentais** – que dizem respeito às formas como são tomadas as decisões sobre seu conteúdo –, e **distributivos**, o que implica evitar as modalidades sociotécnicas que ampliem desigualdades, seja internamente às comunidades afetadas por essas decisões, entre essas comunidades e o conjunto da sociedade, ou ainda, entre países e regiões.

Por fim, para ser efetiva, a transição deve **articular mudanças em diferentes escalas** – local, nacional e global – reconhecendo suas interdependências e conflitos. Iniciativas locais, por si só, não bastam: elas precisam estar conectadas a transformações no ambiente institucional, nas políticas públicas, e no financiamento. Ao mesmo tempo, acordos internacionais podem fortalecer e legitimar essas mudanças em nível interno, ampliando seu alcance e impacto (Favareto et al., 2025).

## O que são sistemas agroalimentares regenerativos?

Sistemas agroalimentares regenerativos são formas de produzir, distribuir e consumir alimentos que restauram e fortalecem os ecossistemas, o solo, a biodiversidade, a saúde humana e o bem-estar das comunidades. Diferentemente dos modelos convencionais – muitas vezes baseados em práticas degenerativas como o uso de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos, monocultivos e confinamento animal – os sistemas regenerativos adotam práticas que cuidam da vida em todas as suas formas.

No bioma amazônico, isso significa alinhar a produção de alimentos com os ciclos ecológicos da floresta, respeitando a diversidade biológica e cultural. Práticas como a agrofloresta, a sociobioeconomia, o manejo sustentável de recursos florestais, o uso de bioinsumos e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta são exemplos que integram conhecimento tradicional e inovação para regenerar o solo, capturar carbono e promover a segurança alimentar local.

### Princípios centrais

#### **Saúde**

Manter a vitalidade do solo, das plantas, dos animais e das pessoas;

#### **Ecologia**

Operar em harmonia com os ciclos e processos da natureza;

#### **Justiça**

Garantir relações equitativas e trabalho digno nos campos, nas floresta e nas cidades;

#### **Cuidado**

Agir com responsabilidade pensando no presente, nas futuras gerações e na natureza. Adotar sistemas regenerativos na Amazônia é essencial para fortalecer a resiliência dos territórios frente às mudanças climáticas, ampliar a autonomia das populações locais e inserir maior diversidade na produção de alimentos.

Fonte: Baseado em Leu (2024).

**Alguns elementos-chave contidos nessa definição podem ser desdobrados para operacionalizar  
a transição justa e regenerativa para os sistemas agroalimentares amazônicos.**

**1**

## Valorização dos Serviços ecossistêmicos

Essa perspectiva exige reconhecer os serviços ecossistêmicos como elementos vitais da resiliência socioecológica: regulação do ciclo da água e do clima, polinização, manutenção da fertilidade do solo, sequestro de carbono e conservação da biodiversidade são condições indispensáveis para que o bioma Amazônia continue a existir e a sustentar sua população frente aos efeitos da crise climática. Nesse sentido, a regeneração ecossistêmica se torna um eixo orientador da adaptação: ela não apenas mitiga os impactos das mudanças climáticas, mas fortalece as bases ecológicas para o bem-viver das comunidades e das atividades econômicas da região. A dimensão dos serviços ecossistêmicos é central, pois vai além da mera substituição de insumos ou da adoção de tecnologias de baixo carbono: ela implica reconhecer e manter os processos ecológicos fundamentais que garantem a resiliência ecossistêmica e as bases para a produção de alimentos.

**2**

## Expansão das liberdades humanas

A expansão das liberdades humanas é um princípio essencial para uma transição justa e sustentável dos sistemas agroalimentares na Amazônia, entendida, segundo conceito do importante economista Amartya Sen (1999), como a criação de condições reais para que as pessoas possam viver de acordo com o que valorizam. Isso requer enfrentar tanto as privações materiais quanto as ameaças estruturais aos modos de vida tradicionais, historicamente marginalizados por políticas públicas e por projetos desenvolvimentistas exógenos. Assim, a transição agroalimentar na Amazônia deve priorizar uma abordagem centrada nos direitos das pessoas e na valorização dos territórios, promovendo modelos que fortaleçam os modos de vida locais e evitando que soluções tecnológicas reproduzam novas formas de exclusão.

**3**

## Reconhecimento da Justiça procedural

A justiça procedural, conforme formulado por Sen (2011), é um componente central para orientar uma transição dos sistemas agroalimentares na Amazônia, pois afirma que a legitimidade de qualquer redistribuição de recursos depende da forma como as decisões são tomadas – ou seja, se os processos são inclusivos, participativos, transparentes e imparciais. Em um contexto historicamente marcado por assimetrias de poder e exclusão das populações indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres rurais, é fundamental garantir sua participação efetiva nos espaços de governança, assegurando também o acesso à informação e a valorização dos saberes locais. Sem esse compromisso com a justiça procedural, as transformações correm o risco de reproduzir exclusões.

**4**

## Promoção da Justiça distributiva

A justiça distributiva, outra dimensão enfatizada por Sen (2011), é fundamental para uma transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares na Amazônia, pois assegura a repartição equitativa dos benefícios, oportunidades e também dos custos da transição ecológica. Isso implica enfrentar desigualdades históricas garantindo o acesso de povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e mulheres rurais a tecnologias adequadas, crédito, regularização fundiária e assistência técnica. Também é necessário assegurar que os custos da adaptação não recaiam desproporcionalmente sobre os pequenos produtores, enquanto grandes empreendimentos seguem recebendo incentivos. Mecanismos financeiros, como créditos de carbono e pagamentos por serviços ambientais, devem ser guiados por critérios de justiça social e ambiental, garantindo que os recursos cheguem a todos que promovem a transição. Assim, a justiça distributiva não se limita a compensações, mas orienta a reconstrução de um modelo de desenvolvimento inclusivo e equitativo.

**5**

## Interdependência de escalas

Uma transição justa e sustentável dos sistemas agroalimentares exige articulação entre múltiplas escalas – local, regional, nacional e global – reconhecendo suas interdependências, conflitos e assimetrias de poder. Para isso, é necessário reposicionar o território como centro das políticas públicas, garantir coordenação federativa entre os níveis de governo e reformular a governança a partir de uma lógica multiescalar e participativa. A abordagem escalar permite integrar inovações locais a mudanças institucionais mais amplas e enfrentar os conflitos estruturais que tornam insustentável o atual modelo de desenvolvimento, promovendo maior coerência entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais da região (Favareto; Caron, 2022; Maluf et al., 2022).

A **Tabela 1** explicita a articulação entre estes cinco elementos-chave e o conjunto de vetores de tração apresentados anteriormente. Esses elementos podem operar como critérios normativos e práticos para qualificar os processos de transição, garantindo que os objetivos ecológicos sejam indissociáveis dos objetivos sociais.

Observa-se, por exemplo, que a valorização dos serviços ecossistêmicos está presente em praticamente todos os vetores listados, desde a recuperação de pastagens degradadas com práticas sustentáveis até os sistemas agrícolas tradicionais (SATs) e o uso de bioinsumos. Isso mostra como a regeneração ecológica é transversal às ações transformadoras.

A expansão das liberdades humanas, por sua vez, está associada a práticas que reforçam a autonomia dos sujeitos e a valorização de seus modos de vida, como o manejo tradicional da biodiversidade, a valorização da sociobiodiversidade e as inovações organizacionais em redes comunitárias. Nesse sentido, a transição agroalimentar não pode se limitar à introdução de tecnologias ou instrumentos de mercado, mas deve garantir que os povos da floresta, agricultores familiares e comunidades quilombolas possam viver de acordo com o que valorizam, com base em seus saberes e vínculos territoriais.

O princípio da justiça procedural aparece em vetores como os SATs, o conhecimento ancestral e os circuitos curtos de comercialização. Já a justiça distributiva está presente em vetores que lidam diretamente com o acesso a recursos, como a inclusão produtiva por meio de cadeias sustentáveis, e o fortalecimento de compras públicas e mercados territoriais.

Por fim, a **abrangência escalar** é o único princípio presente em todos os vetores listados na tabela. A complexidade dos desafios amazônicos exige uma abordagem multiescalar que conecte iniciativas locais com políticas regionais, nacionais e globais, assegurando coerência entre os diferentes níveis de governança e promovendo sinergias entre práticas comunitárias e reformas institucionais. Reposicionar o território como centro das políticas públicas, sem perder de vista os fluxos econômicos, ambientais e institucionais mais amplos, é uma chave para evitar que soluções localizadas sejam enfraquecidas frente às contradições estruturais.

Ao sistematizar essas inter-relações, podemos identificar **quais dimensões normativas estão presentes (ou ausentes)** em cada vetor de transformação e apontando oportunidades de ação integrada entre os diferentes atores que compõem os sistemas agroalimentares da Amazônia.

A **Figura 1** a seguir, inspirada na abordagem da transição multinível proposta Geels e Turnheim (2022), representa o processo de transição dos sistemas agroalimentares amazônicos a partir da interação dinâmica entre três níveis analíticos: a paisagem sociotécnica, os regimes socio-técnicos estabilizados e os nichos de inovação.

A paisagem representa transformações mais amplas como as crises climáticas e sanitárias, as novas regras do comércio internacional e as mudanças na demanda alimentar. Essas transformações exercem pressões estruturais sobre o regime agroalimentar – baseado em cadeias longas de abastecimento, desmatamento, consumo crescente de ultraprocessados e na expansão de commodities. Esses elementos configuram os vetores de retração, ou seja, forças estabiliza-

doras que mantêm a trajetória insustentável do sistema, reproduzindo desigualdades socioambientais e fragilizando a resiliência do bioma amazônico.

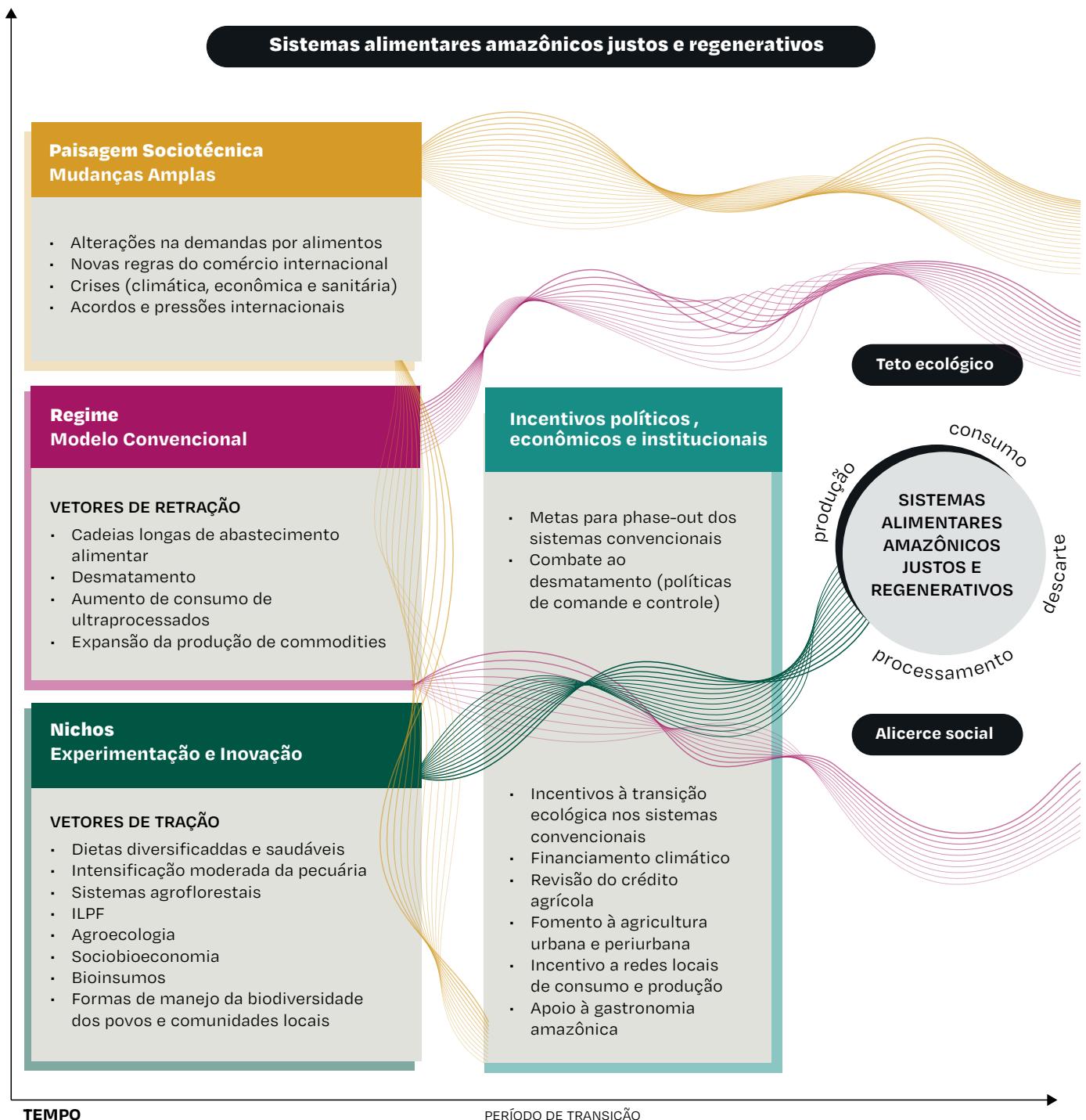
Em resposta a essas pressões, emergem no âmbito dos nichos e dos territórios diversas experiências e práticas inovadoras que constituem os vetores de tração: sistemas agroflorestais, cadeias da sociobiodiversidade, agricultura urbana e periurbana, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), uso de bioinsumos, gastronomia amazônica e valorização dos conhecimentos ancestrais. **Embora ainda restritas em escala e em divulgação, essas iniciativas carregam um enorme potencial de reconfiguração das formas de produção, consumo e organização dos mercados.**

**Tabela 1. Princípios da transição justa e regenerativa tipicamente relacionados aos diferentes vetores de tração**

Vetores de tração	Valorização dos serviços ecossistêmicos	Expansão das liberdades humanas	Justiça procedural	Justiça distributiva	Abrangência escalar
Recuperação de pastagens degradadas com práticas sustentáveis (ILPF, arborização etc.)	✓				✓
Sistemas agroflorestais, agroecológicos e regenerativos	✓	✓		✓	✓
Manejo tradicional da biodiversidade por povos e comunidades locais	✓	✓	✓	✓	✓
Inovações organizacionais locais e redes de comercialização comunitária		✓	✓	✓	✓
Valorização e promoção de alimentos da sociobiodiversidade	✓	✓		✓	✓
Uso sustentável da agrobiodiversidade e Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs)	✓	✓	✓		✓
Inclusão produtiva por cadeias sustentáveis e mercados territoriais		✓		✓	✓
Uso de bioinsumos, plantio direto e fixação biológica de nitrogênio	✓				✓
Transição ecológica nos sistemas convencionais com recuperação florestal	✓				✓
Fortalecimento de circuitos curtos, compras públicas e iniciativas comunitárias			✓	✓	✓
Conhecimento ancestral aplicado à agricultura e biodiversidade alimentar	✓	✓	✓		✓
Diversidade étnica e visão de mundo não extrativista como base de sustentabilidade	✓	✓	✓		✓

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da sistematização de recomendações

**Figura 1. Representação multinível do processo de transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares amazônicos**



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Geels e Turnheim (2022).



# Recomendações baseadas nos territórios

# Recomendações baseadas nos territórios



A transição justa e sustentável dos sistemas alimentares não ocorre de maneira automática. Como destacam Kanger et al. (2020), ela exige um movimento duplo: abandonar progressivamente as práticas e estruturas que perpetuam o regime insustentável e, ao mesmo tempo, impulsionar de forma deliberada as inovações que despontam nos territórios. Isso significa desestabilizar institucionalmente os vetores de retração e criar condições materiais, políticas e culturais para expandir os vetores de tração, capazes de regenerar ecossistemas, valorizar saberes locais e garantir segurança alimentar.

Nesse processo, os incentivos políticos, econômicos e institucionais têm papel crucial: são eles que podem manter o regime atual ou reorientar o sistema agroalimentar amazônico para um modelo baseado na justiça e na regeneração ambiental.

O resultado almejado da transição é a reconfiguração do sistema agroalimentar dentro de um espaço seguro – entre o teto ecológico e o alicerce social, conforme proposto por Raworth (2019) –, onde produção, distribuição, consumo, processamento e descarte de alimentos estejam em consonância com os limites planetários e com os direitos fundamentais das populações amazônicas. Isso depende, no entanto, de decisões políticas intencionais, inovação institucional contínua e da mobilização coordenada entre a sociedade civil, setor privado e o poder público, apoiadas por um **panorama de incentivos financeiros e político-institucionais menos ambíguo e fragmentado**.

**Com base nisso, este documento recomenda as seguintes diretrizes:**

1

**Promover um movimento duplo, com phase-out de práticas e estruturas que perpetuam o regime insustentável, e impulsionamento deliberado de inovações**

Políticas de financiamento climático, revisão do crédito agrícola, combate ao desmatamento por meio de comando e controle, apoio à agricultura familiar, compras públicas sustentáveis e programas de inclusão produtiva territorial são exemplos de mecanismos que, quando articulados, promovem o phase-out dos regimes convencionais e amplificam a potência transformadora das inovações que despontam nos nichos.

2

## Enfrentar a fragmentação e as ambiguidades político-institucionais

Como já mencionado, a complexidade dos desafios amazônicos exige uma abordagem multiescalar que conecte iniciativas locais com políticas regionais, nacionais e globais, assegurando coerência entre os diferentes níveis de governança e promovendo sinergias entre práticas comunitárias e reformas institucionais.

Um caminho possível nesse sentido é adotar perspectivas mais integradas, como propõem, por exemplo, a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Uma Concertação para a Amazônia (Uma Concertação pela Amazônia, 2023) – especialmente quando interpretada sob a ótica das chamadas “missões orientadoras” (Mazzucato e al., 2024), que funcionam como objetivos amplos e compartilhados. Estes podem direcionar e posicionar os setores públicos, privados e da sociedade civil diante de desafios complexos e interdependentes, a exemplo da mudança climática e do desenvolvimento de territórios marcados pela diversidade biológica, geográfica e cultural, como as Amazôncias.

3

## Reestruturar de forma ampla os incentivos políticos e financeiros, em torno de três eixos estratégicos

O primeiro eixo é **conectar a oferta e o consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis**. Atualmente, a produção agroalimentar amazônica está fortemente voltada à exportação, desconnectada das necessidades alimentares da população regional. A predominância de monoculturas e de cadeias longas e externas compromete tanto a soberania alimentar quanto a viabilidade de modelos baseados na sociobiodiversidade. Reverter essa forma de organização da produção exige políticas públicas que favoreçam circuitos curtos de comercialização, a agricultura urbana e periurbana, e programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que conectem produção e alimentação locais com base na diversidade alimentar e cultural dos territórios.

Na Amazônia, comida é solução climática e também tem significados profundos para a cultura, saúde, economia, diversidade, qualidade de vida e floresta. A produção pode ser escalada, mas não por meio de monoculturas ou da supressão de florestas. A produtividade pode ser aumentada, mas não com base em fertilizantes derivados de petróleo e agrotóxicos. É preciso integrar conhecimento ancestral e ciência moderna, mecanização e inovação nas cadeias produtivas, mas incluindo mais pessoas nesse processo. A consolidação de mercados não pode afetar a manutenção da sociobiodiversidade e a comida diversa e nutritiva deve alcançar o prato de todos os amazônidas.

O segundo eixo envolve o **fortalecimento de práticas e modelos de produção sustentáveis e inclusivos**. Isso requer tanto o estímulo à transição ecológica dos sistemas convencionais – como o incentivo à recuperação de pastagens degradadas por meio de políticas como o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD) – quanto o apoio direto a sistemas agroflorestais, à agroecologia, ao manejo sustentável e às tecnologias sociais de base

territorial. A disseminação dessas práticas depende de políticas estruturantes. Assistência técnica adequada, infraestrutura logística e acesso a mercados são necessárias para dar escala a iniciativas promissoras, tornando-as alternativas reais ao modelo dominante. Também é necessário ampliar os instrumentos de certificação e rastreabilidade socioambiental, facilitando o acesso dos pequenos produtores a mercados diferenciados, nacionais e internacionais.

O terceiro eixo diz respeito ao **aprimoramento da governança e do financiamento**. Os instrumentos já existentes, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Fundo Amazônia precisam ser aprimorados, com maior transparência, controle social e capacidade de indução de práticas agropecuárias sustentáveis. Além disso, é preciso desenvolver arranjos institucionais e financeiros que articulem as diferentes instâncias federativas – federal, estadual, municipal – e que envolvam o setor privado e a sociedade civil organizada em compromissos efetivos com a sustentabilidade e a justiça social.

Existem tecnologias sociais endógenas bem sucedidas e inovações maduras para o setor agropecuário disponíveis para subsidiar uma transição sinérgica (multisetorial) e em múltiplas escalas (multiescalar). As soluções já em curso nos territórios, em linha com as recomendações para as Amazôncias e para o Brasil, precisa de maior coordenação e protagonismo de quem atua no nível do território, contribuindo para a criação de um modelo de governança inclusiva e participativa.

## 4

### Enfrentar os desafios históricos da exclusão fundiária e da invisibilização dos modos de vida tradicionais

A garantia dos direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos é condição indispensável para a conservação da floresta e para a viabilidade de uma nova economia baseada na bioeconomia e nos conhecimentos tradicionais. A demarcação de terras, a titulação de territórios e o fortalecimento das formas de organização coletiva são passos fundamentais para a construção de um modelo endógeno e plural de desenvolvimento. A produção de alimentos baseada em regeneração e alinhada à cultura local é a lógica que deve orientar todos as formas e escalas produtivas nas Amazôncias. Evidências arqueológicas mostram que há milênios a Floresta Amazônica é manejada e domesticada por povos originários e suas tecnologias, sendo portanto, compatível com a produção de comida.

Em suma, os sistemas agroalimentares da Amazônia não se transformarão apenas com ações ou projetos isolados. É preciso um novo quadro político-institucional, capaz de integrar políticas públicas, recursos financeiros e instrumentos de governança e articular atores em torno de uma visão de futuro que respeite os limites ecológicos, os direitos humanos e a diversidade sociocultural da região. Em vez de respostas fragmentadas, é necessário atuar sobre as interdependências entre alimentação, saúde, clima, cultura e território, reconhecendo pontos de alavancagem e promovendo mudanças sistêmicas, desde que tomadas em conjunto e de forma coerente com a agenda do desenvolvimento sustentável. A construção dessa nova institucionalidade passa pelo incentivo à inovação no setor, pela valorização das experiências territoriais bem-sucedidas, pela ampliação da participação social nos processos decisórios e pela criação de mecanismos de governança adaptados às realidades locais.



# Agenda de ação

# Agenda de ação

Com base nos **três eixos estratégicos** citados anteriormente – **reconexão entre produção e consumo de alimentos, fortalecimento de práticas sustentáveis e inclusivas e aprimoramento da governança e financiamento** – é possível formular um conjunto de **metas** para orientar a transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares amazônicos, **compartilhando responsabilidades** entre o Estado, o setor empresarial e a sociedade civil organizada.

## Estado

- ✓ redirecionar os subsídios e o crédito rural para modelos agroalimentares sustentáveis e baseados na sociobiodiversidade;
- ✓ ampliar e melhorar o PNAE e o PAA, com mecanismos que favoreçam circuitos curtos e produção local de alimentos saudáveis;
- ✓ garantir a demarcação e titulação de territórios de povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos;
- ✓ ampliar a cobertura e qualificação da assistência técnica e extensão rural com foco em agroecologia, bioeconomia e manejo sustentável;
- ✓ estabelecer uma instância de coordenação intersetorial e federativa para integrar políticas de alimentação, meio ambiente, agricultura e direitos territoriais.

## Setor Empresarial

- ✓ investir em cadeias de valor sustentáveis e rastreáveis que valorizem produtos da sociobiodiversidade;
- ✓ desenvolver e apoiar plataformas de certificação participativa e inovação tecnológica voltadas à rastreabilidade, redução de desperdícios e agregação de valor;
- ✓ adotar padrões socioambientais mais rigorosos nas operações e compras, com transparência e inclusão de pequenos produtores;
- ✓ cofinanciar ações de restauração florestal produtiva e infraestrutura verde junto ao setor público e a investidores de impacto.

## Sociedade Civil Organizada

- ✓ fortalecer redes territoriais de produção e comercialização de alimentos sustentáveis, conectando experiências locais e promovendo intercâmbio de saberes;
- ✓ mobilizar esforços para a proteção dos direitos territoriais e a defesa da floresta em pé como bem comum;
- ✓ ampliar o controle social sobre políticas públicas e fundos ambientais, com foco na transparência, justiça procedural e acesso equitativo aos recursos;
- ✓ fomentar estratégias de educação alimentar e nutricional, comunicação e gastrodiplomacia para valorizar a cultura alimentar amazônica.

Essas metas, articuladas sob o marco de **missões orientadoras** e ancoradas em **compromissos como as Contribuições Nacionalmente Determinadas** (NDCs) e nas agendas climática e da biodiversidade, oferecem um caminho viável para alinhar os diferentes atores em torno de uma agenda transformadora, centrada na justiça social, na regeneração ecológica e na soberania alimentar dos povos da Amazônia.

É com o espírito de desencadear **mudanças sistêmicas** nos sistemas agroalimentares amazônicos que esta seção reúne as principais ações concretas derivadas da identificação de **nexos estratégicos** – os quais revelam interdependências entre alimentação e dimensões críticas como floresta, território, saúde, ancestralidade e inovação.

Embora abrangentes, é importante reconhecer que essas propostas não esgotam a complexidade do tema. Aspectos relevantes – como o descarte de alimentos e suas implicações socioambientais – ainda carecem de tratamento mais aprofundado, o que aponta para a necessidade de continuidade e aprofundamento da reflexão e do debate.

A efetivação de uma **transição justa e regenerativa** nas Amazôncias exige **intervenções estratégicas** que enfrentem, de maneira integrada, os desafios identificados em cada nexo e suas causas estruturais. O Quadro 1 sintetiza essas inter-relações e destaca as ações concretas recomendadas. Se articuladas e orientadas por um **quadro institucional, político e financeiro menos fragmentado**, conforme discutido na seção anterior, podem gerar efeitos estruturantes. A centralidade da adaptação à mudança climática – que atravessa todos os nexos – reforça a urgência de reconfigurar os sistemas agroalimentares não apenas para mitigar impactos, mas para garantir resiliência, justiça social e sustentabilidade ecológica no longo prazo.

**Quadro 1 - Nexos, desafios, soluções e ações concretas para setor público, privado e sociedade civil**

**Nexos**

**Comida, Desenvolvimento e Território**

**Desafios**

O pleno desenvolvimento da Amazônia é sistematicamente dificultado pela precariedade da infraestrutura logística, energética, tecnológica e de serviços públicos essenciais. A ausência de investimentos estruturantes limita o escoamento da produção, encarece os insumos, reduz o acesso a mercados e mina a viabilidade desses modelos, travando seu potencial de escala e de transformação sistêmica. O modelo de desenvolvimento empreendido na Amazônia tem gerado uma exploração insustentável de seus ativos e recursos naturais. Essa trajetória contribuiu para a conformação de um território profundamente desigual, onde as diferentes regiões apresentam níveis contrastantes de acesso a políticas públicas, infraestrutura, mercados e tecnologias, o que afeta diretamente a capacidade de seus sistemas agroalimentares se adaptarem à mudança climática.

**Soluções**

A Amazônia abriga diversos nichos de produção de alimentos sustentáveis, baseados em práticas agroecológicas, no extrativismo de produtos florestais não-madeireiros, no manejo sustentável e em formas inovadoras de organização social e econômica. Esses nichos apontam caminhos promissores para conciliar conservação ambiental, geração de renda e segurança alimentar. Tal heterogeneidade exige que qualquer proposta de transição leve em conta as especificidades territoriais, evitando soluções generalistas e valorizando abordagens contextualizadas.

**Ações concretas para setor público, privado e sociedade civil**

- Apoiar a produção local de alimentos, especialmente aquela vinculada à agricultura familiar e a culturas agroflorestais, a fim de diversificar as fontes alimentares e a garantir a segurança alimentar, promovendo a resiliência das comunidades amazônidas frente à emergência climática.
- Elaborar e implementar políticas públicas estaduais e municipais de promoção da alimentação adequada e saudável, privilegiando os produtos regionais ligados a cadeias sustentáveis, com o objetivo de construir melhores hábitos alimentares e fortalecer os sistemas agroalimentares locais.
- Integrar oferta e consumo de alimentos sustentáveis por meio da implementação e do monitoramento de políticas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), adaptando sua execução às realidades locais e flexibilizando exigências sanitárias e comerciais, de modo a fortalecer a produção regional.
- Promover o avanço da agricultura urbana e periurbana para ampliar a geração de renda local, reduzir o desmatamento e encurtar as cadeias de abastecimento, sendo necessário criar políticas públicas e programas que incentivem esses modelos produtivos em territórios urbanos subutilizados.
- Estabelecer políticas públicas integradas que conectem áreas urbanas e rurais, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas agroalimentares locais. E também direcionar recursos públicos de forma eficiente, priorizando a criação de empregos e a geração de renda sustentáveis na região.
- Redirecionar o crédito rural para a produção de alimentos in natura e minimamente processados e garantir preços acessíveis para o consumidor final, com presença desses alimentos em bairros periféricos e formatos compatíveis com os diferentes perfis de consumidores, ampliando o acesso a dietas adequadas, saudáveis e sustentáveis.
- Estimular o ensino de conteúdos de educação alimentar e nutricional no sistema educacional, assim como promover campanhas de sensibilização sobre os benefícios de dietas saudáveis e sustentáveis e do consumo de produtos locais, a fim de reforçar os vínculos entre alimentação, saúde e território.
- Fortalecer cadeias produtivas baseadas em sabores e espécies amazônicas – como frutas, vegetais e castanhas regionais, o manejo de pirarucu e a criação de peixes como tamuatá, acari e cujuba – para garantir a segurança alimentar e promover alternativas sustentáveis à produção convencional.
- Estabelecer políticas estruturantes de apoio à produção das comunidades, por meio da certificação orgânica e do acesso aos mercados, contribui para dar escala e viabilidade econômica aos nichos produtivos sustentáveis da região.
- Prover infraestrutura adequada à produção e comercialização de alimentos amazônicos – acesso logístico, saneamento básico, energia elétrica e conectividade – a fim de superar os obstáculos que travam o potencial transformador desses modelos.
- Melhorar a infraestrutura de transporte existente (rodovias, portos, hidrovias) e disseminar inovação tecnológica no campo para reduzir custos logísticos, fortalecer cadeias locais e diminuir perdas e desperdícios ao longo da cadeia agroalimentar.
- Aproveitar subprodutos da cadeia produtiva, como resíduos de carne e grãos convertidos em biocombustíveis ou ração animal, contribuindo para uma economia circular e promovendo ganhos ambientais e econômicos simultaneamente.
- Expandir a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com uso de ferramentas digitais, unidades de demonstração e estratégias de diversificação da produção, fortalecendo os pequenos produtores e tornando-os mais competitivos e resilientes.
- Implementar a rastreabilidade da produção na Amazônia como infraestrutura pública digital amplia a transparência e a confiabilidade dos produtos regionais, viabilizando sua inserção em mercados que demandam maior controle de origem.
- Criar linhas de financiamento específicas para restauração florestal atreladas à produção sustentável por meio de instrumentos como blended finance, fundos de de-risking e finanças de carbono, destravando investimentos em modelos regenerativos.

## Nexos

### Comida, Floresta e Saúde

#### Desafios

A relação virtuosa entre biodiversidade e produção alimentar ainda carece de reconhecimento e apoio institucional, permanecendo à margem das políticas públicas e dos mercados convencionais, que frequentemente impõem lógicas de padronização e homogeneização que invisibilizam e desvalorizam a diversidade alimentar da Amazônia.

#### Soluções

A valorização da biodiversidade amazônica pode e deve ser um pilar estratégico dos sistemas agroalimentares sustentáveis, contribuindo simultaneamente para a conservação da floresta e para a promoção de dietas diversas, saudáveis e enraizadas nas culturas locais. Sistemas agroalimentares que se baseiam em espécies nativas, produtos florestais e práticas agroextrativistas fortalecem a soberania alimentar e contribuem para manter a floresta em pé, ao oferecer alternativas econômicas à conversão de áreas do bioma para monoculturas e pastagens.

#### Ações concretas para setor público, privado e sociedade civil

- Promover dietas mais diversas e saudáveis na Amazônia, com foco em alimentos in natura e minimamente processados, de origem vegetal e local, respeitando a cultura alimentar da região, para combater a monotonia alimentar e os impactos do consumo crescente de ultraprocessados e excessivo de carnes.
- Instituir políticas de isenção de impostos e/ou subsídios para alimentos saudáveis, aliadas à maior tributação de ultraprocessados, reorientando os sistemas agroalimentares na direção de práticas nutricionalmente e ambientalmente mais equilibradas.
- Fortalecer cadeias de produção e comercialização de alimentos amazônicos, especialmente aqueles que oferecem proteínas alternativas às de origem animal, contribui para a conservação da floresta e a segurança alimentar dos povos locais, mas também para proteger a saúde dos agricultores familiares reduzindo a exposição a agrotóxicos.
- Destinar terras públicas para usos compatíveis com a conservação e a produção sustentável, extinguindo a possibilidade de doação ou venda abaixo do preço de mercado e proibindo a titulação de imóveis com desmatamento recente.
- Promover a concessão de áreas já desmatadas para fins de restauração florestal, de modo a recuperar ecossistemas e gerar emprego e renda de forma sustentável.
- Reforçar o controle ambiental sobre o crédito privado destinado ao setor rural, a fim de impedir o financiamento de práticas predatórias e promover a agricultura de baixo impacto.
- Disponibilizar publicamente dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da Guia de Trânsito Animal (GTA) visando ampliar a transparência da cadeia de produção da carne e possibilitar a rastreabilidade da origem do gado, com o objetivo de combater o desmatamento ilegal e incentivar as práticas sustentáveis na pecuária.
- Focar o crédito rural na melhoria da produtividade, vinculando-o a cláusulas de desempenho ambiental e social, para combinar metas produtivas com critérios de conservação e justiça socioambiental.
- Aumentar a produtividade pecuária por meio da diversificação das espécies de pastagens e do uso de modelos integrados, como a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), contribuindo para a redução das emissões de metano e o uso mais eficiente da terra.

## Nexos

### Comida, Ancestralidade e Inovação

#### Desafios

A transição justa e regenerativa na Amazônia depende da capacidade de criar pontes entre ancestralidade e inovação, reconhecendo os saberes locais como parte ativa e estratégica da solução, e não como obstáculos à modernização.

#### Soluções

Os conhecimentos ancestrais construídos e guardados por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e agricultores familiares constituem uma base fundamental para o manejo sustentável da biodiversidade amazônica e para a resiliência dos sistemas agroalimentares locais. Esses saberes, transmitidos ao longo de gerações, dialogam com a lógica da diversidade, do cuidado com a terra e da convivência com a floresta. Ao mesmo tempo, a construção de alternativas de futuro requer a articulação desses conhecimentos com inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais que possam potencializá-los sem descaracterizá-los.

#### Ações concretas para setor público, privado e sociedade civil

- Desenvolver e fortalecer práticas produtivas que articulem conhecimentos ancestrais com novas tecnologias – como o manejo tradicional associado ao respeito à sazonalidade, a fim de promover formas sustentáveis de produção alinhadas à realidade amazônica.
- Introduzir tecnologias para o tratamento, purificação e potabilidade da água de rios, lagos e igarapés deve ser prioridade, promovendo o acesso à água potável de boa qualidade para populações ribeirinhas e respeitando modos de vida tradicionais.
- Implementar políticas públicas de educação, pesquisa e extensão que tenham como foco soluções sustentáveis e baseadas nos saberes locais, o que permite amplificá-los e criar pontes entre ancestralidade e inovação sem descharacterizar práticas comunitárias.
- Aproximar redes públicas de ciência e tecnologia dos setores privados e das organizações da sociedade civil, induzindo formas localizadas de inovação, promovendo a apropriação dos benefícios tecnológicos por comunidades tradicionais e agricultores familiares.
- Viabilizar o desenvolvimento da bioeconomia, substituindo a lógica da derrubada da floresta por uma que valorize ativos biológicos e biomiméticos ainda inexplorados, a partir do engajamento conjunto de políticas públicas e investimentos privados, ampliando as possibilidades de associar valorização dos serviços ecossistêmicos à geração de renda.
- Utilizar estratégias de disseminação da cultura alimentar local – gastrodiplomacia – para influenciar comportamentos de consumo e valorizar a cultura alimentar amazônica agregando valor – simbólico e econômico – ao produto alimentar da região nos mercados nacional e internacional, a fortalecendo a identidade regional e ampliando as oportunidades econômicas para os produtores locais.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da sistematização das recomendações.



*Exemplos práticos*  
**Um conjunto  
de soluções do  
território para o  
território**

# Um conjunto de soluções do território para o território



A transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares na Amazônia já encontra lastro em diversas soluções concretas que emergem dos territórios, ancoradas em saberes locais, inovação social e arranjos produtivos adaptados à realidade amazônica. Essas experiências revelam caminhos viáveis de produção e consumo de alimentos que desviam do modelo convencional para uma rota mais profícua, na medida em que estabelecem um novo paradigma de desenvolvimento que respeita a diversidade e fortalece a autonomia das populações locais.

A **Cozinha Boca da Mata**, localizada no Parque das Tribos em Manaus, representa uma solução territorial exemplar para impulsionar a transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares na Amazônia. Organizada por mulheres indígenas e enraizada em princípios agroecológicos e de justiça alimentar, a iniciativa atua no enfrentamento da fome e na valorização da cultura alimentar indígena, promovendo refeições saudáveis com base em ingredientes e saberes tradicionais. Sua atuação durante a pandemia, com a distribuição de marmitas em embalagens biodegradáveis, consolidou sua importância como infraestrutura comunitária, e sua continuidade em ações públicas e eventos, como o preparo de refeições específicas para povos do Vale do Javari. **Ao conectar-se com redes como a Gastromotiva e a Rede Maniva, a experiência dá sinais concretos de escalonamento e replicação em outros territórios amazônicos** (Longhi; Shornik; Farias, no prelo).

Soluções territoriais para a transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares amazônicos também se concretizam na articulação entre saberes tradicionais, tecnologias apropriadas e estratégias inovadoras de valorização dos alimentos da floresta. O manejo do babaçu evidencia esse potencial, com o aproveitamento integral do fruto e seus múltiplos usos em alimentos, cosméticos, energia e construção. Na Terra do Meio, essa lógica tem sido fortalecida pela implementação de **miniusinas comunitárias**, que otimizam o processamento local de produtos como o óleo de babaçu, castanhas, pimentas e frutas, agregando valor e promovendo autonomia produtiva. Iniciativas como a **Rede de Cantinas**, com a mistura de bolo “Vem do Xingu”, e campanhas como “**Da Floresta para a Merenda**” demonstram como a praticidade e o apelo sensorial podem ampliar a presença desses alimentos nas dietas urbanas e escolares (Salazar, no prelo).

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar** (PNAE), política pública instituída no formato atual em 2009, segue como uma ferramenta potente para impulsionar sistemas agroalimentares sustentáveis e inclusivos em todo o País, especialmente por sua capacidade de articular produção local e segurança alimentar e nutricional. No entanto, na Região Norte, sua efetivi-

dade ainda depende da superação de entraves burocráticos, logísticos e de capacitação que dificultam o acesso de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais aos mercados institucionais. Muitos desses produtores enfrentam barreiras relacionadas à formalização, ao cumprimento de normas sanitárias e à falta de suporte técnico. Iniciativas como a **Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Amazonas** (Catrapoa), criada pelo Ministério Público Federal, e o programa **Florestas de Valor**, coordenado pelo Imaflora, surgem justamente para enfrentar essas limitações. A Catrapoa atua na adaptação normativa para permitir a inclusão de alimentos tradicionais nas chamadas públicas, respeitando as especificidades culturais e produtivas dos povos da floresta. Já o Florestas de Valor contribui com assistência técnica, capacitação e soluções operacionais que viabilizam a participação de agricultores familiares no PNAE. Ambas as iniciativas demonstram que, com apoio institucional adequado, é possível transformar obstáculos em oportunidades de fortalecimento territorial e valorização da sociobiodiversidade (Favarão; Favareto, *no prelo*).

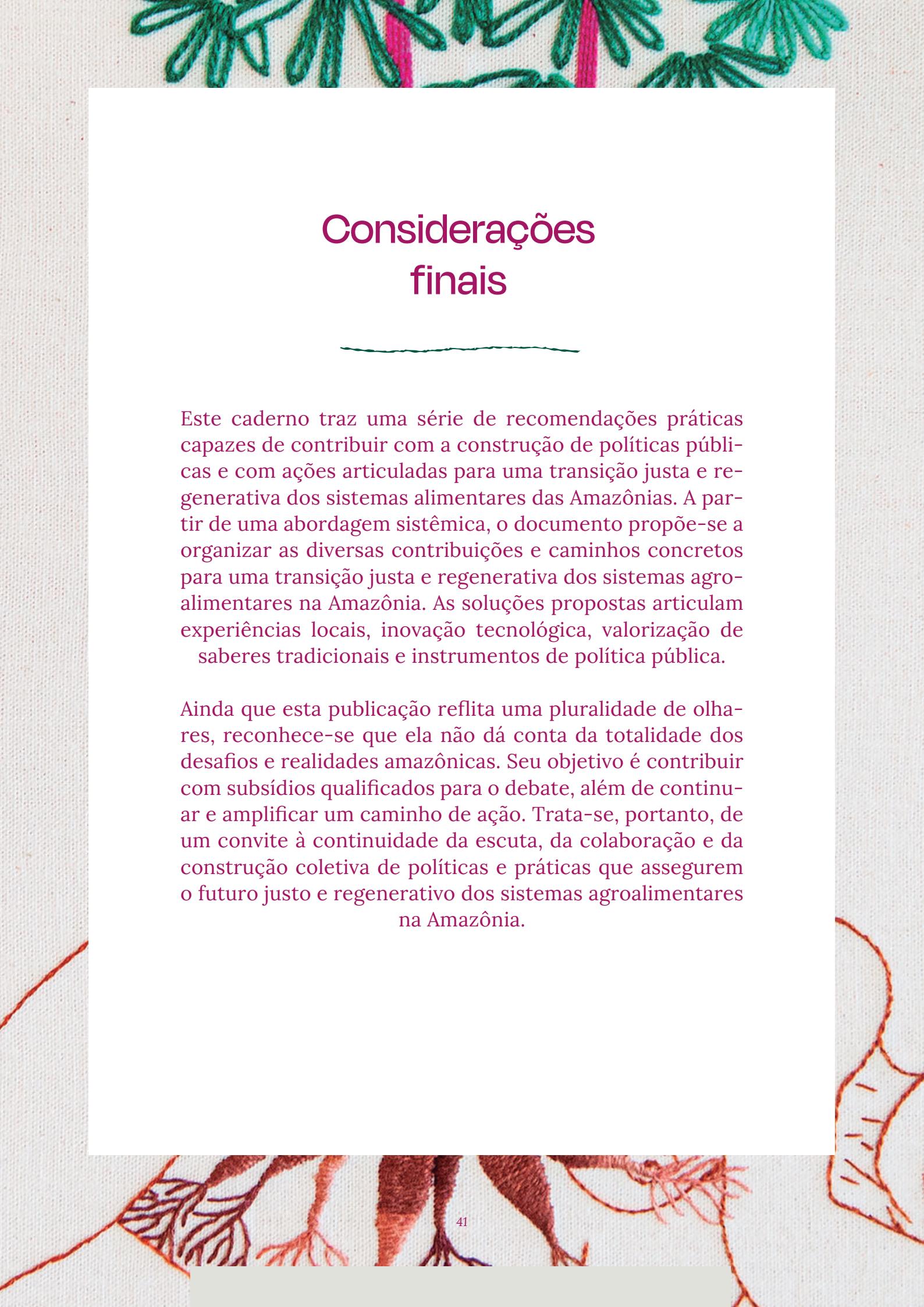
Como já mencionado, a transição dos sistemas agroalimentares na Amazônia exige um phase-out progressivo do modelo convencional, cuja base ainda está fortemente assentada em práticas de baixa eficiência, elevada degradação ambiental e exclusão socioeconômica. Nesse sentido, já existem experiências concretas que apontam caminhos viáveis para esse deslocamento. A introdução de técnicas como **Integração Lavoura-Pecuária-Floresta** (ILPF), manejo de pastagens, bioinsumos e **agricultura de precisão** tem demonstrado capacidade de aumentar a produtividade com menor impacto socioambiental, inclusive em áreas onde mais de 50% das pastagens apresentam algum grau de degradação. Experiências como o **Projeto Juntos**, no Pará, reconfiguram a estrutura produtiva ao transformar pequenos produtores de cria em parceiros da fase de recria em sistemas mais intensivos e rastreáveis, possibilitando maior rendimento com menor risco. Outra frente é a rastreabilidade socioambiental, que tem avançado com iniciativas como o **Selo Verde no Pará**, e o uso integrado de dados do CAR e da Guia de Trânsito Animal (GTA), apontando para a criação de uma infraestrutura pública digital capaz de sustentar sistemas produtivos sustentáveis (Sampaio, *no prelo*).

Para uma transição nos setores produtivos convencionais, é necessário desenhar mecanismos de incentivo capazes de combinar intensificação produtiva moderada (Abramovay et al., 2020), regularização ambiental, inclusão produtiva e valorização de práticas sustentáveis. A criação de linhas de crédito inteligentes, mecanismos de blended finance e fundos de aval, aliada a investimentos em assistência técnica, hubs territoriais de apoio ao produtor e capacitação de extensionistas, é essencial para viabilizar a adoção de novas tecnologias em larga escala. Ao mesmo tempo, o engajamento das grandes empresas compradoras deve migrar da lógica de exclusão para estratégias territoriais de apoio à transição, como mostram os **pactos da PCI de Mato Grosso** e as ações da **Produzindo Certo e dos Escritórios Verdes**. Mais do que evitar riscos reputacionais, trata-se de criar cadeias de valor regenerativas que gerem benefícios ambientais, sociais e econômicos (Sampaio, *no prelo*).

As iniciativas brevemente consideradas aqui revelam a potência dos territórios amazônicos como centros de inovação, mas é preciso superar entraves estruturais e burocráticos, expandir os investimentos em assistência e infraestrutura, e construir mecanismos de incentivo que impulsionem a mudança nos setores convencionais.



# Considerações finais



## Considerações finais

---

Este caderno traz uma série de recomendações práticas capazes de contribuir com a construção de políticas públicas e com ações articuladas para uma transição justa e regenerativa dos sistemas alimentares das Amazôncias. A partir de uma abordagem sistêmica, o documento propõe-se a organizar as diversas contribuições e caminhos concretos para uma transição justa e regenerativa dos sistemas agroalimentares na Amazônia. As soluções propostas articulam experiências locais, inovação tecnológica, valorização de saberes tradicionais e instrumentos de política pública.

Ainda que esta publicação reflita uma pluralidade de olhares, reconhece-se que ela não dá conta da totalidade dos desafios e realidades amazônicas. Seu objetivo é contribuir com subsídios qualificados para o debate, além de continuar e amplificar um caminho de ação. Trata-se, portanto, de um convite à continuidade da escuta, da colaboração e da construção coletiva de políticas e práticas que assegurem o futuro justo e regenerativo dos sistemas agroalimentares na Amazônia.

# Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. et al. Pecuária bovina regenerativa na América Latina e no Caribe, muito além do óxímoro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 63, 2025.

ALENCAR, A. et al. Estimativa de emissões de gases de efeito estufa dos sistemas alimentares no Brasil. Online: SEEG, 2023.

BARRETO, P. Políticas para desenvolver a pecuária na Amazônia sem desmatamento. Online: Imazon, 2021.

BARRETO, P.; ROCHA, A. O desmatamento ameaça o sistema alimentar. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima*. No prelo, 2025.

BRONDIZIO, E. S. et al. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 49, p. 66–78, abr. 2021.

CHAMMA, P.; SPAROVEK, G. De onde vem e para onde vai: o caso do setor agropecuário brasileiro. In: CAMPELLO, T. (Ed.). *Da fome à fome - diálogos com Josué de Castro*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

FAO. *The State of the World's Land and Water Resources for Food and Agriculture Systems at breaking point (SOLAW 2021)*. Rome: FAO, 2021.

FAVARÃO C.; FAVARETO, A. Caminhos para romper o ciclo de produção de desigualdades e destruição ambiental. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima*. No prelo, 2025.

FAVARÃO, C.; FAVARETO, A. Abordagem sistêmica, coalizões e territórios. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 41, n. 2, p. 164–185, 13 dez. 2021.

FAVARETO, A. Concepções de desenvolvimento e de intervenção pública no Brasil rural sob o governo Temer e além. *Raízes*, v. 37, n. 2, 2017. <https://doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.62>

FAVARETO, A. et al. COP30 no Brasil. Por uma transição justa e sustentável do sistema agroalimentar. São Paulo: Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis - FSP/USP, 2025.

FAVARETO, A.; CARON, P. Articulating local and global processes to ensure the governance of food systems. Em: REIS, C. F. DE B.; BERRINGER, T. (Eds.). *South-North Dialogues on Democracy, Development and Sustainability*. London: Routledge, 2022.

FRANÇA, L.; SHORNIK, D.; FARIAS, M. Culinárias indígenas: práticas e inspirações de uma alimentação ancestral. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima*. No prelo, 2025.

GEELS, F. W.; TURNHEIM, B. *The Great Reconfiguration*. Cambridge University Press, 2022.

GUIMARÃES, et al. A vocação da restauração florestal na Amazônia com base na vegetação secundária. Online: Amazônia 2030, 2025. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2025/04/A-Vocacao-da-Restauracao-Florestal.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2025.

GILES, A. L. et al. Simple ecological indicators benchmark regeneration success of Amazonian forests. *Communications Earth & Environment*, v. 5, n. 1, p. 780, 20 dez. 2024. <https://doi.org/10.1038/s43247-024-01949-9>

KANGER, L.; SOVACOOL, B. K.; NOORKÖIV, M. Six policy intervention points for sustainability transitions: A conceptual framework and a systematic literature review. *Research Policy*, v. 49, n. 7, p. 104072, 2020.

LEU, A. Regenerating agriculture, ecosystems and climate. In: D'SILVA, J.; MCKENNA, C. (Eds.). *Regenerative farming and sustainable diets: human, animal and planetary health*. London - New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2024.

LONGHI, et al. Amazôneas como um retrato da monotonia agroalimentar. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima.* No prelo, 2025.

MALUF, R. et al. Global value chains, food and just transition: a multi-scale approach to brazilian soy value chains. *The Journal Of Peasant Studies*, [S.L.], v. 50, n. 7, p. 2642-2665, 19 set. 2022. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2022.2105700>.

MAPBIOMAS. Mais de 90% do desmatamento da Amazônia é para abertura de pastagem. MapBiomas, online, 3 out. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/10/03/mais-de-90-do-desmatamento-da-amazonia-e-para-abertura-de-pastagem/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MATA, M. M.; MEDEIROS, M. A. T. Sem água na torneira, sem comida no prato: conexões entre as inseguranças hídrica e alimentar. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima.* No prelo, 2025.

MAZZUCATO, M. et al. A green and just planet. Online: G20 Brasil, 2024. Disponível em: <[https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2024/10/AF3\\_tf-clima\\_report-g20\\_en\\_digital.pdf](https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2024/10/AF3_tf-clima_report-g20_en_digital.pdf)>.

MIGUEL, E. DA S. et al. Insegurança alimentar e nutricional de agricultores familiares. In: MORAIS, D. DE C. et al. (Eds.). *Insegurança alimentar e nutricional em grupos vulneráveis. Agricultores familiares, indígenas, quilombolas, população em situação de rua, população ribeirinha, imigrantes e refugiados, LGBTQIA.* Viçosa: UFV, IPPDS, 2024.

NEVES, et al. Florestas de comida: a relação entre agrobiodiversidade e ancestralidade na Amazônia. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima.* No prelo, 2025.

NOBRE, C. A. et al. *Nova Economia da Amazônia.* São Paulo: WRI Brasil, 2023. Disponível em: <Disponível online em: [www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia](http://www.wribrasil.org.br/nova-economia-da-amazonia)>

POMPEIA, C. Concertação e poder. O agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, 2020.

POMPEIA, C. Inflexões representativas, comunicacionais e institucionais em associações das indústrias de alimentos brasileiras. *Cadernos de saúde pública*, v. 37, n.1. 2022.

RAWORTH, K. *Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo.* Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SALAZAR, M. Sistemas alimentares e sociobioeconomia. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima.* No prelo, 2025.

SAMPAIO, F. Caminhos pela perspectiva do setor privado e da produção de commodities. Em: JORDÃO, G. *Sistemas Agroalimentares e Amazôncias: conectando pessoas, natureza e clima.* No prelo, 2025.

SANTOS, D. et al. *Fatos da Amazônia 2025.* Online: Projeto Amazônia 2030, 2025. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2025/05/FatosAMZ2025.pdf>>.

SANTOS, D. et al. *Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira IPS Amazônia 2023.* 4<sup>a</sup> ed. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2023.

SEN, A. *A ideia de justiça.* São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA (Org.). *Propostas para as Amazôncias: uma abordagem integradora.* São Paulo: Instituto Arapyaú, 2023.

VIGISAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.* Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2022.

